

CURSINHO ALTERNATIVO PARA APRENDIZES SURDOS - CAS

Alternative Course for Deaf Apprentices – CAS

Lazara Cristina da Silva¹
Claudia Dechichi²
Cristiane Lopes dos Santos³
Kaio Augusto Gonzaga⁴

RESUMO: *Este artigo é resultado de um projeto de extensão, intitulado Cursinho Alternativo para Aprendizes Surdos (CAS), realizado pelo Centro de Ensino, Pesquisa, Atendimento e Extensão em Educação Especial (CEPAE), no ano de 2004, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudanti (PROEX), e executado com recursos do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade – PEIC/2004. O CAS objetivou contribuir para a inclusão de pessoas com surdez no Ensino Superior, desenvolvendo ações de superação das atuais condições de desigualdade e exclusão escolar característicos da comunidade surda. Ainda, buscou contribuir com a formação dos alunos dos cursos de licenciatura da UFU, preparando-os para melhor atender à demanda da escola numa perspectiva inclusiva. Como metodologia de trabalho foram utilizadas aulas das disciplinas que compõem o processo seletivo do vestibular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com e sem apoio de Intérpretes de Língua de Sinais, e capacitação dos alunos bolsistas envolvidos no trabalho.*

UNITERMOS: *Surdez – Inclusão – Cursinho Alternativo.*

ABSTRACT: *This article resulted from a university extension project carried out by the Center for Teaching, Research, Services and Extension in Special Education (CEPAE) during the year of 2004, with support from the Department of Extension, Culture and Student Affairs at the Federal University of Uberlândia (UFU). CEPAE was, funded by the Extension Program aiming at the Integration of UFU and surrounding communities (PEIC/2004). The CAS intends to contribute to the inclusion of deaf students in higher education through the creation of educational spaces in which research, learning*

¹ Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e vice-coordenadora do CEPAE.

² Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia e coordenadora do CEPAE.

³ Aluna do curso de graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Uberlândia e bolsista do PEIC/2004.

⁴ Aluno do curso de pós-graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Uberlândia e bolsista do PEIC/2004.

in Special Education and the development of actions aiming at overcoming the current conditions of inequality and exclusion involving the deaf community. It also aims at contributing to the education of student-teachers in training so that they can be better prepared to meet the demands of the school system in an inclusive perspective. The student-teachers grantees were trained in the methodology applied: classes on the subjects that comprise UFU's college entrance exam were taught with and without support of Interpreters of Sign Language.

KEY-WORDS: *Deafness – Inclusion – Alternative preparatory course.*

Este artigo é resultado do projeto de extensão Cursinho Alternativo para Aprendizes Surdos (CAS), realizado pelo Centro de Ensino, Pesquisa, Atendimento e Extensão em Educação Especial (CEPAE), no ano de 2004, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX), e executado com recursos do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade – PEIC/2004. Os objetivos deste relato são divulgar o trabalho desenvolvido pelo CEPAE e proporcionar algumas reflexões sobre as condições de acesso das pessoas surdas ao Ensino Superior, que enfrentam, historicamente, grandes dificuldades de inserção educacional, decorrentes, em grande parte, das condições de comunicação.

A sociedade utiliza o canal oral-auditivo como principal veículo de comunicação, enquanto as pessoas surdas, que representam uma minoria, utilizam-se do canal visual-espacial. Isto porque os ouvintes aprenderam a se comunicar oralmente, utilizando a língua oral materna de seus pais, enquanto os surdos aprenderam a utilizar a língua de sinais, também natural dos seus pais, quando também surdos. No caso de crianças surdas, filhos de pais ouvintes, a situação se torna mais grave, porque, a comunicação entre eles é falha, devido à incompatibilidade lingüística.

No caso do Brasil, existe a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, que possui características únicas, como a língua portuguesa. Ambas as línguas possuem estruturas próprias, não sendo correspondentes. Assim, para se comunicar com os surdos, não basta colocar sinais similares aos objetos no lugar das palavras em português, uma vez que a estrutura gramatical e semântica é distinta da utilizada no português.

No Brasil, poucos são os surdos que conseguiram alcançar índices de escolaridade mais avançado. A grande maioria permanece analfabeta, apesar de freqüentarem por vários anos os espaços escolares. Não conseguem ler e escrever mensagens simples ou representativas de seu cotidiano. A escolaridade é um importante aliado para que essas pessoas

conquistem um lugar no mercado de trabalho, realizem suas escolhas e construam sua cidadania com dignidade. Porém, o acesso à educação, embora seja uma garantia legal, não é uma realidade, pois na escola existe uma grande carência de profissionais qualificados, que possam atender às particularidades dos surdos e mesmo das demais pessoas com necessidades educacionais especiais.

Até pouco tempo atrás, a questão da formação de professores para atender portadores de necessidades especiais não ocupava papel de destaque, uma vez que os aspectos técnicos se apresentavam como mais importantes, sendo facilmente incorporados com o tempo de exercício na atividade. Postulava-se que os conhecimentos específicos relevantes estavam ligados aos aspectos clínicos, que os cursos de formação de professores não atendiam.

Neste movimento, houve o surgimento de um rico campo de pesquisa e de atividades de extensão para as universidades e/ou centros de formação próprios de cada sistema de ensino. Dessa forma, essa atividade descrita, além de atender à demanda de preparação dos aprendizes surdos para sua futura inserção no ensino superior, funcionou como um momento de formação paralela para os alunos dos diversos cursos de licenciatura da UFU, uma vez que estes passaram a conhecer, estudar e descobrir alternativas pedagógicas para atender às especificidades destes aprendizes em cada área específica. Atualmente, a questão relativa à produção de práticas pedagógicas que atendam a este grupo de pessoas tem sido, de forma geral, um grande desafio em Uberlândia e no Brasil.

Desta forma, acredita-se que este espaço, além de atender a uma necessidade social, contribuiu, significativamente, no processo de formação docente desenvolvido pelos diversos cursos de graduação da UFU.

O trabalho teve como objetivo geral contribuir para a inclusão de pessoas com surdez no Ensino Superior, por meio da criação de um espaço de ensino, pesquisa e aprendizagem em Educação Especial, desenvolvendo ações que visaram à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão escolar característicos da comunidade surda. O trabalho visou ainda:

- Estimular os professores bolsistas a desenvolverem aulas para os alunos inscritos no CAS em libras e/ou com auxílio do intérprete;
- Capacitar os professores bolsistas em LIBRAS (Língua de Sinais Brasileira);
- Propiciar a formação continuada dos professores bolsistas que atuam no CAS;
- Sistematizar e divulgar teorias, metodologias e práticas pedagógicas, criadas a partir das experiências e estudos dos professores bolsistas;

- Incentivar o contato entre os professores bolsistas e a comunidade surda, de modo a promover a troca de experiências e culturas;
- Elaborar e programar ações de suporte psico-educacional para os professores bolsistas e aos alunos, visando o diagnóstico e as intervenções necessárias ao desenvolvimento do CAS.

Tendo em vista os objetivos propostos, o projeto se pressupõe à:

- Criação de grupos de estudo temático com agenda mensal para o aprofundamento de temas relativos à educação especial na área da surdez;
- Elaboração de metodologias alternativas de Ensino Especial;
- Elaboração de materiais didático-pedagógicos;
- Sistematização e publicação de conhecimentos;
- Prática de atividades de suporte psico-educacionais aos professores bolsistas e aos alunos por meio de oficinas criativas;
- Capacitação dos professores bolsistas em LIBRAS;
- Participação de intérpretes na elaboração metodológica, bem como na interpretação das aulas.

A educação dos surdos e a formação de professores: um breve olhar

Em Uberlândia, em 2003, apenas cerca de oito surdos frequentavam o Ensino Superior na rede privada, sendo que apenas dois deles concluíram o referido grau de ensino, número insignificante diante da totalidade da comunidade surda desta cidade.

A Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Brasil defende a inserção, nos cursos de formação de professores, de conhecimentos necessários para que estes profissionais possam atuar em escolas inclusivas. Ao instituir o direito dos educandos com necessidades educacionais especiais à matrícula e ao atendimento efetivo nas redes regulares de ensino, transfere legalmente o oferecimento educacional das escolas especiais para as escolas regulares de ensino.⁵

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 9394/96, em seu artigo 59,

⁵ A presente lei não extingue as escolas especiais, mas atribui funções específicas, em casos que não forem possíveis de atendimento nas escolas regulares.

inciso III determina a necessidade de *professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns* (BRASIL, 1996). Desta forma, apresenta-se a necessidade de formação de professores capazes de atuar nas classes comuns, como prerrogativa a ser construída nos programas de formação inicial destes profissionais.

Como desdobramentos das recomendações da LDB, surge o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) Nº 17/2001, aprovado em 03 de julho de 2001, que defende a ampliação do compromisso político para a viabilização da educação inclusiva, fomentando atitudes positivas frente à inclusão da comunidade escolar em geral; a criação de ações, visando a superação das diversas formas de preconceitos e medos, o estímulo às atividades voluntárias de apoio à inclusão, a divulgação do tema e a promoção de experiências positivas de educação inclusiva.

Entretanto, a formação inicial, atualmente, não consegue responder às demandas do cotidiano escolar, uma vez que as políticas governamentais têm buscado restringir cada vez mais o tempo de formação inicial, criando flexibilizações curriculares que permitem maior rapidez e menos densidade.

A discussão tem se ampliado, porém, no setor acadêmico, a questão da inclusão escolar das pessoas com necessidades especiais não tem ocupado espaço neste embate. A preocupação central continua sendo com a formação do professor para atuar no ensino regular, ignorando o processo de inclusão escolar e social.

O fato das discussões caminharem de forma distanciada e, em alguns momentos, antagônicas, vem demonstrar o movimento histórico da educação especial no país, inserida ao campo da educação nacional a partir da nova LDB, já que, antes, achava-se no campo da Ação Social, embora carregasse a designação “educação”. Desta forma, a educação especial esteve aliada ao social em detrimento do educacional, o que contribuiu para que, durante longos anos, o caráter médico-clínico ocupasse o centro referencial da área, com os profissionais atuando mais na perspectiva clínico-terapêutica do que no sentido educativo propriamente dito.

Atualmente, percebe-se que, embora no campo legal não exista mais esta ruptura entre a educação geral e a especial, ainda permanece a distância histórica entre o campo conceitual das duas áreas⁶. Isto posto, diante de um fervoroso debate sobre a inclusão escolar

⁶Com a Lei 9394/96 a educação especial passou a fazer parte e permear toda a educação, da educação infantil ao ensino superior, não sendo entendida enquanto um apêndice, mas como uma área do sistema educacional.

e social das pessoas com necessidades educativas especiais, os cursos de licenciatura, legítimos espaços de formação de professores e demais profissionais que deverão compor os quadros pedagógicos da escola, permanecem discutindo e organizando currículos, desconsiderando esta questão, salutar ao espaço acadêmico.⁷

Por estes e outros motivos é que aqueles alunos surdos que se sobressaem e conseguem, com muito esforço e sacrifício, estudar e vencer as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio não conseguem ultrapassar as barreiras do vestibular, desistindo de continuar seus estudos.

A UFU e a Educação Especial: o CEPAE

Fundado, oficialmente, em 9 de maio de 2004, na Universidade Federal de Uberlândia, o Centro de Ensino, Pesquisa, Atendimento e Extensão em Educação Especial (CEPAE) surgiu com o objetivo de se criar um espaço destinado à discussão, à implementação e ao aprimoramento de atividades relacionadas à Educação Especial, de forma geral, visando diminuir a distância existente entre pessoas com necessidades especiais e sociedade.

O centro desenvolve ações, buscando o resgate de valores sociais junto a pessoas com necessidades especiais visuais, físicas e auditivas. Dentre essas ações está o CAS, envolvendo diferentes atores (professores, alunos, intérpretes, psicólogos) da comunidade acadêmica em torno da causa da inclusão social.

O que é o Cursinho Alternativo para Aprendizizes Surdos - CAS?

O CAS é uma iniciativa do CEPAE, que visa à preparação de pessoas surdas para sua inserção no Ensino Superior e à formação de futuros professores bilíngües para atuar na Educação Fundamental com alunos surdos sem a necessidade de um intérprete. Esses professores foram selecionados entre os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFU, por afinidade com o trabalho na área de Educação Especial. A capacitação deu-se por meio de:

- Curso de LIBRAS semanal, com um instrutor surdo;

⁷ O fato de educação especial estar historicamente desvinculada do campo educacional, de certa forma, gerou um distanciamento das áreas, o que a retirou das discussões do campo acadêmico, deixando-a afastada da pesquisa e da produção de conhecimentos que pudessem garantir um desenvolvimento significativo no campo educacional da área.

- Curso sobre a história, o desenvolvimento e a situação atual da surdez no Brasil e no mundo, oferecido por uma das coordenadoras do CEPAE;
- Suporte em LIBRAS, oferecido por uma intérprete, tanto dentro quanto fora da sala de aula, por exemplo: no caso de professores iniciantes, que ainda estavam aprendendo a Língua de Sinais, a intérprete ajudou em algumas aulas, de forma que o professor-estagiário pudesse observar como se desenvolve uma comunicação em LIBRAS. No entanto, no caso dos professores com mais domínio da língua, o intérprete ficava apenas observando, de modo a fornecer ao professor um retorno em relação ao seu desenvolvimento;
- Suporte psico-educacional, oferecido por uma psicóloga escolar e supervisionado por uma das coordenadoras do CEPAE. Este trabalho foi desenvolvido de modo a oferecer ao professor-estagiário um apoio psico-educacional referente às dificuldades decorrentes das relações professor-aluno, professor-pais, professor-professor e professor-coordenação. Além disso, foram trabalhados temas pertinentes ao contexto escolar, como a motivação dos alunos, a disciplina dentro da sala de aula, entre outros, os quais surgiram como demandas dos professores;
- Suporte pedagógico oferecido por uma das coordenadoras do CEPAE. Este trabalho visou a orientação e o desenvolvimento de práticas e metodologias pedagógicas mais adequadas à realidade do processo de ensino-aprendizagem de pessoas com surdez, além da orientação de projetos de pesquisa na área da educação especial.

Essas atividades tiveram por objetivo a formação de um profissional que seja professor bilíngüe, evitando com isso problemas comuns enfrentados quando se trabalha com um professor e um intérprete numa mesma sala de aula como, por exemplo, a dificuldade em se definir de quem é a responsabilidade em relação à aprendizagem dos alunos ou à dificuldade por parte do intérprete em traduzir conceitos dos quais ele próprio não tenha muito domínio.

As aulas do CAS aconteceram em salas de aula, no interior da UFU/Campus Santa Mônica, com o objetivo de aproximar a comunidade surda do espaço acadêmico. Outra iniciativa importante foi o convite feito à Comissão Permanente de Vestibular da UFU (COPEV) para discutir, com os integrantes do CEPAE, as dificuldades enfrentadas quando

da realização do vestibular por alunos com surdez, visando, assim, soluções para minimizar essas dificuldades como, por exemplo, as provas realizadas por alunos surdos terem sua correção realizada mediante o acompanhamento de um intérprete especializado, que auxiliaria na compreensão das questões discursivas, uma vez que alunos surdos têm uma nítida dificuldade em relação à língua portuguesa, decorrente das diferenças existentes esta e linguagem em LIBRAS (primeira língua).

Algumas reflexões sobre os resultados do CAS

Durante a realização do trabalho foram encontradas algumas dificuldades, tais como:

- A falta de motivação e dispersão por parte dos alunos. Este tipo de dificuldade é comum em sala de aula, não exclusiva aos aprendizes especiais. No entanto, neste caso, foi um ponto de superação para a equipe envolvida no CAS.
- A falta de vocabulário específico em LIBRAS referente a cada conteúdo trabalhado, esta sim uma característica exclusiva da prática didática com o aluno com surdez. É, realmente, muito difícil se trabalhar alguns conceitos sem um vocabulário adequado, principalmente se esses conceitos são abstratos ou de difícil visualização. Por exemplo, como desenvolver a idéia de marxismo ou molaridade? A linguagem é um veículo de construção do pensamento, sendo assim, quanto mais ferramentas lingüísticas e vocabulário dispuser uma língua, mais caminhos tem o pensamento para se desenvolver. Com isso, explicar certos conceitos abstratos sem algumas palavras de significado específico é como tentar descrever a uma pessoa uma cor nunca vista. Essa pessoa somente entenderá a descrição quando puder ver tal cor, quando este novo conceito lhe for familiar. Daí, surge a necessidade da criação de novos sinais, de forma a diminuir as distâncias entre a língua de sinais e a língua falada, isso é claro, preservando suas características próprias (estrutura, gramática, etc);
- A falta de material pedagógico adequado às necessidades dos alunos com surdez; dificuldade que leva ao surgimento de outras, como por exemplo, a desmotivação, já que os recursos pedagógicos utilizados no início do curso não foram em nada diferentes dos usados em uma escola qualquer e com isso, foi gerada uma demanda natural por ferramentas pedagógicas mais sofisticadas, como por exemplo, aulas em “data show”;

- A falta de uma “cultura do vestibular”, este é um aspecto que merece especial atenção, já que o seu entendimento leva à compreensão de todo um conjunto de práticas e comportamentos.

A “Cultura do Vestibular”

Uma cultura é um conjunto de hábitos, costumes, práticas e rituais, próprios de um determinado grupo de pessoas, que se desenvolve com base em outra cultura anterior ou tradição e de acordo com as necessidades do grupo. Entre os jovens, circulam várias culturas e uma muito comum é a “cultura do vestibular”. Esse conjunto de práticas faz com que o grupo se prepare para “passar” numa prova (vestibular), de preferência numa universidade pública. O processo de preparação pelo qual o grupo passa consiste, basicamente, de muito estudo, muito esforço, pouco descanso, e muita calma, principalmente quando da realização das provas.

No entanto, não é todo grupo de jovens que adota esta cultura, que pode variar muito de grupo para grupo. Fatores como cultura dos pais (pais com formação superior estimulam seus filhos a se tornarem universitários); necessidades mercadológicas da cidade ou região (jovens residentes em cidades grandes, onde existe maior variedade de profissões, estão mais próximos da “cultura do vestibular” do que aqueles residentes em cidades pequenas, de características rurais e pouco industrializadas) influenciam sobremaneira os jovens.

No caso do grupo de pessoas com surdez, com o qual foi realizado o trabalho, pode-se notar que esta cultura ainda não está estabelecida, pois, apesar de freqüentarem as aulas do cursinho, o grupo pareceu ainda não saber ao certo o que representa “passar” num vestibular e, principalmente, sobre o que é necessário para que isto ocorra. A maioria dos alunos do CAS pareceu não dar importância ao ingresso num curso superior ou ao que isso poderia mudar em suas vidas, incerteza que se reflete e pode ser percebida numa postura de pouco empenho por parte dos mesmos.

Essa realidade deve-se, em muito, à falta de perspectivas e de oportunidades destes jovens, geralmente, egressos da rede pública, distante da particular no que se refere à preparação para o vestibular. Se o indivíduo sonha em cursar uma universidade pública, fatalmente, terá que passar antes por um cursinho pago. Além disso, em relação à comunidade surda existe o agravante de que a “cultura do vestibular” não se faz presente, assim, são raros os casos de pessoas com surdez que possuem diploma superior. Diante disso tudo, o comportamento ainda imaturo destes alunos em relação ao vestibular pode ser entendido como algo muito natural.

Desta forma, pôde-se perceber a importância do CAS quanto a propiciar o contato direto e criar uma ponte de ligação segura entre surdez e universidade.

Experiências Positivas

No intuito de resgatar a motivação dos alunos, de desenvolver neles a “cultura do vestibular” e, também, de buscar alternativas pedagógicas mais adequadas a sua realidade, foram realizadas (com o auxílio da intérprete) visitas a três empresas de Uberlândia: Souza Cruz S.A., Aterro Sanitário Municipal de Uberlândia e Departamento Municipal de Água e Esgoto (Bairro Aclimação). O resultado destas visitas foi surpreendente, pois foi nítida a expressão de satisfação demonstrada pelos alunos, durante a atividade e em sala de aula. Eles se sentiram motivados a aprender e a se aperfeiçoar para adentrar ao mercado de trabalho

Além disso, foram realizadas algumas aulas práticas de Química, com o intuito de reforçar as aulas teóricas e mostrar a sua aplicação prática. As aulas foram realizadas na própria sala de aula com o auxílio da intérprete e com a participação interessada dos alunos. Essas iniciativas tornam nítida a demanda por recursos pedagógicos mais sofisticados e próximos da realidade dos educandos, tenham estas necessidades especiais ou não. No caso dos alunos com surdez, que não dispõem do canal auditivo para a troca de informações, é necessária a busca constante de métodos de ensino que privilegiem os recursos visuais, praticamente o único elo seguro entre os “dois mundos”.

Em suma, o trabalho realizado com aprendizes surdos demonstrou o quanto é necessário o envolvimento da Universidade com a Educação Especial, carente de profissionais na área, consistindo essas questões em amplos espaços a serem explorados por projetos de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMEL, R. C. R. e CASTRO, A. M. Formação de professores e a escola inclusiva – questões atuais. *Revista Integração*. MEC/SEESP. Ano 14, n. 24. 2002. p. 6-11.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Parecer n° 17/2001. Aprovado em 03 de julho de 2001.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BUENO, J. G. Educação Inclusiva e escolarização dos surdos. *Revista Integração*. MEC/SEESP. Ano 13, n.23. 2001 p. 37-42